

# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ Secretaria Legislativa

## Assessoria das Comissões

Projeto - Lei Nº 100/2010

Assunto:					AL DE	VENCIMENTO	E	DA
	OUTF	RAS PRO	/IDE	NCIAS				
	.——							
	:							
	-							
Autor:	PODE	R EXECU	JTIV	0				
	3							

Data: 09/12/2010



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ PODER EXECUTIVO ESTADO DE RONDÔNIA

Mensagem n. 164/2010

Em, 09 de Dezembro de 2010.

Sr. Presidente.

Srs. Vereadores:

O presente projeto de lei, tem por finalidade resolver uma situação enfrentada pelos servidores municipais de longa data, qual seja, a regulamentação de seu piso salarial, eis que, são aproximadamente 424 (quatrocentos e vinte e quatro) servidores que hoje, tem como vencimento (retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei – vulgarmente conhecido salário-base, o qual não pode ser confundido com a remuneração, sendo esta ultima de tudo aquilo que é percebido pelo servidor, incluindo a sua remuneração acrescidas de suas vantagens pecuniárias) quantia inferior ao mínimo legal.

Mesmo que, para aqueles que possuem remuneração (valor final auferido pelo servidor) inferior ao mínimo legal haja a complementação salarial, esta complementação (que por força das súmulas vinculantes 14 e 15 do STF somente poderá ser instituída para aqueles que possuem remuneração final inferior ao mínimo, que não poderá haver vinculação para os demais casos) não é possível em favor dos demais servidores, razão pela qual, não há, para o cálculo final da remuneração, a incidência das demais gratificações e vantagens pessoais sobre ele.

A administração municipal vem desde a assunção do paço municipal, tentando valorizar e dar melhores condições aos servidores municipais, sendo que a medida que ora se faz, embora venha a causar impacto significativo, este é plenamente suportável pelos cofres municipais, como demonstra o relatório de impacto financeiros acostado ao presente.

Sendo assim, pela presente medida espera a administração municipal que seja aprovada a presente lei, para que, a partir de janeiro do ano vindouro, seja regularizada tal situação em favor dos servidores municipais.

Desta forma, contando como sempre na acurada análise a ser promovida por Vossas Excelências, é que contamos com o aval dos Senhores Vereadores.

Cordialmente

Ângelo Fenali Prefeito Municipal

Avenida São Paulo, 1490 - fone 69 3642 2200



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ PODER EXECUTIVO ESTADO DE RONDÔNIA

Projeto de Lei n	/2010	Em, 09 de Dezembro de 2010.

SÚMULA: "Estabelece o piso municipal de vencimento e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e SANCIONA a seguinte

#### <u>LEI</u>

- Art. 1.° Fica estabelecido em favor de todos os servidores públicos municipais de São Miguel do Guaporé o piso salarial municipal no valor de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta Reais).
- Art. 2º Nenhum servidor público municipal poderá ter vencimento inferior ao piso salarial instituído por esta lei, sobre o qual, inclusive, incidirão as demais remunerações e gratificações percebidas pelo servidor.
- Art. 3º Em razão do instituído por esta lei, o vencimento de todos os servidores municipais que sejam inferiores ao ora estabelecido, ficam, também, acrescidos em razão dela.
- Art. 4º Esta lei entrará em vigor com efeitos financeiros a partir de 01/01/2011.

Paço Municipal, 06 de Julho,

Àpgelo Fenali Prefeito Municipal

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ ESTADO DE RONDÔNIA

### RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTARIO E FINANCEIRO

PROJETO DE LEI Nº.

INTERESSADO: GABINETE DO PREFEITO.

ASSUNTO: ALTERAÇÃO SALARIAL PARA ADEQUAÇÃO AO SALARIO

MINIMO

VALOR ERSTIMADO PARA OS PROXIMOS 12 MESES: 194.300,00

Vem o Gabinete do Prefeito, solicitar que seja elaborado Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro das Despesas de Pessoal, frente a Receita Corrente Liquida, com vista a encaminhar Projeto de Lei para o Legislativo Municipal, com o propósito de aumentar o salário dos servidores que recebem valor inferior ao salário mínimo nacional, que passamos a elaborar:

Receita Corrente Liquida últimos 12 meses		27.434.093,00
Despesas com Pessoal últimos 12 meses	R\$.	14.129.377,00
Comprometimento da RCL com Pessoal		51,50%
Despesa total do novo projeto para 12 meses Comprometimento de RCL com o presente Projeto de Lei	R\$.	194.300,00 0,71%
Total das Despesas com Pessoal para os Próximos 12 meses	R\$.	14.323.677,00
Total do Comprometimento da RCL		52,27%

Isto posto, opinamos pela viabilidade parcial da presente despesa, uma vez que ultrapassa o limite prudêncial que é de 51,30% da Receita Corrente Liquida, mas como o impacto é inevitável, pois a adequação de dará de forma obrigatória, e também afetará os dois próximos exercícios, uma vês que a receita tem uma elevação histórica reduzida para 5% por exercício e aumento a despesa proposto ultrapassa esse limite, devendo no entanto a administração municipal, tomar medidas administrativas no

sentido de reduzir gratificações hoje pagas aos servidores, ou suspender auxílios hoje pagos, com vistas a manter a folha dentro dos padrões suportáveis pela prefeitura e estar sempre atenta as oscilações da receita, com vistas a manter as despesas de pessoal sempre dentro dos limites legais.

Este é no nosso parecer,

São Miguel do Guapperé em 08 de Dezembro de 2010.

LAURI PEDRO ROCKENBACH CONTADOR CRC 3190 O RO AO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO- VEREADOR GILMAR RAMOS.

Senhor Presidente:

Vimos por meio do presente encaminhar o Projeto de Lei de nº 100/10, de autoria do Prefeito Municipal, para a devida apreciação de Vossa Excelência e demais Membros da Comissão.

Sala das Sessões, em de 13 de dezembro de 2010

Darcy Tomaz Presidente



Ao SENHOR PRESIDENTE DA CAMISSÃO PERMANENTE DE JUSTISA REDAÇÃO- VEREADOR SEBASTIÃO ARLETE.

Senhor Presidente:

Vimos por meio do presente encaminhar o Projeto de Lei de nº 100/10, de autoria do Prefeito Municipal, para a devida apreciação de vossa Excelência e demais Membros da Comissão.

Sala das sessões, em de 13 de dezembro de 2010.

Atenciosamente,

Darcy Tomaz Presidente



## COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer sobre o Projeto de Lei nº 100/10 que, "Estabelece o piso Municipal de Vencimento e dá outras providências".

A Comissão Permanente de Justiça e Redação, após analisar e devidamente apreciar o Projeto de Lei supra mencionado resolve exarar **Parecer Favorável.** 

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2010

Presidente - Sebastião Arlete

Relator - Jairo Almeida

Membro - Amarildo Ferreira

#### COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer sobre o Projeto de Lei nº 100/10, que "Estabelece o piso Municipal de Vencimento e dá outras providências".

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, após analisar e devidamente apreciar o Projeto de Lei supra mencionado resolve exarar **Parecer Favorável.** 

É o Parecer.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2010

Presidente - Gilmar Ramos

Relator - Amarildo Ferreira

Membro - Antonio Correia